

ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PROAD 8558/2023

Data e horário: 12 de jun. de 2025 14:00 BRT

Local: Telepresencial



ATA DE REUNIÃO
**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO**

PARTICIPANTES Proad 7482/2023			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Ana Luiza Heineck Kruse	Desembargadora do Trabalho (Presidente da Comissão)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cláudio Antônio Cassou Barbosa	Desembargador do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Carmen Izabel Centena Gonzalez	Desembargadora do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rejane Souza Pedra	Desembargadora do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ary Faria Marimon Filho	Juiz do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Walter Oliveira	Servidor (indicado pelo Sintrajufe)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eduardo Duarte Elyseu	Juiz do Trabalho (convidado)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rejane Carvalho Donis	Diretor-Geral (convidado)	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Eder Giovane Scherer Oliveira	Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças (convidado)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
André Luis de Assis	Coordenador de Planejamento Orçamentário (convidado)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade de apoio executivo: Secretaria de Orçamento e Finanças

Secretário: André Magnus Martins, Assessoria Orçamentária, Financeira e Contábil.



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PAUTA: ORÇAMENTO

Assunto 1: Lei Orçamentária Anual.

Assunto 2: Proposta Orçamentária Prévia de 2026.

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi conduzida por Eder Giovane Scherer Oliveira, Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças, e registradas as deliberações, a seguir enumeradas. Acerca do **Assunto 1**, Eder comentou que, após a última reunião do Colegiado, a Lei Orçamentária Anual de 2025 foi sancionada, fato que facilita a utilização do orçamento na medida em que as receitas e despesas estão fixadas. Sobre o **Assunto 2**, Eder explicou que estamos trabalhando, em conjunto com as áreas que demandam contratações, na elaboração da Proposta Orçamentária Prévia (POP) de 2026. Ressaltou o alinhamento entre o Orçamento e o Plano de Contratações Anual (PCA), sendo necessário, inclusive, a inserção do PCA no SIGEO. Destacou, também, que em conversas recentes com o CSJT, foi informado de que talvez não haja a necessidade de formalização da Proposta Orçamentária Prévia, sendo obrigatória, apenas, a construção da Proposta definitiva. Ainda assim, Eder entende que é adequado, para o melhor planejamento possível, que haja, no âmbito do TRT4, a elaboração da proposta prévia, mesmo sem os parâmetros usualmente fornecidos pela CSJT. Dra. Carmen ponderou que a indefinição em relação a proposta orçamentária prévia talvez decorra da troca de gestão no CSJT no segundo semestre e Eder concordou. Além disso, propôs uma reunião em julho para que o Colegiado de Orçamento e Finanças tenha ciência da POP do próximo ano. Para melhor análise, Dr. Ary Marimon solicitou que o orçamento deste ano seja fornecido e Eder informou que haverá um comparativo entre o exercício de 2025 e a proposta



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

de 2026. Sobre as Receitas Próprias, Eder comentou que, em contato com o CSJT, foi informado de que permanecem os estudos sobre o assunto, sem definição de como ou quando os recursos serão disponibilizados. Eder também informou que houve pedido do CSJT de suplementação para a fonte própria, destinada ao pagamento de custeio e de peritos, sem possibilidade de utilização para despesas de pessoal. Outrossim, Eder lembrou que as receitas mais significativas são as que envolvem custas, emolumentos e depósitos judiciais e o Dr. Ary Marimon ressaltou que é muito importante para o nosso orçamento que as receitas próprias possam ser utilizadas. Eder disse que, anteriormente, cada Tribunal geria seus depósitos através de contratações diretas com os bancos, sem a participação do CSJT. Entretanto, nos últimos anos, o Conselho tem concentrado estes recursos através de uma contratação única, gerida por ele, que envolve todo o judiciário trabalhista. Entretanto, como o CSJT é quem estabelecerá as regras do uso das receitas próprias, ainda não há como saber os valores envolvidos que, certamente, ajudarão no pagamento das despesas. Encerrado este ponto, Dra. Carmem sugeriu que a próxima reunião ocorra em 10 de julho e todos concordaram com a proposta. Ao final, Dra. Ana Luiza questionou se alguém tinha algum questionamento ou dúvida e, não havendo manifestação, a reunião foi encerrada às 14 horas e 32 minutos.

ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS			
TAREFA	RESPONSÁVEL	PRAZO	OBSERVAÇÕES

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.